

1 **Transcrição da Ata da 76ª Reunião Ordinária do**
2 **Conselho de Desenvolvimento Territorial do**
3 **Litoral Paranaense, realizada no dia 12 de junho**
4 **de 2023, presidida pelo Sr. Valdemar Bernardo**
5 **Jorge - Presidente, e Secretariada pela Sra.**
6 **Larisseane de Souza Ribeiro - Secretária**
7 **Executiva.**

8 O Sr. Presidente:- Na pessoa do Everton, cumprimento todos os membros do
9 Governo, cumprimentar o Prefeito José Paulo, nosso Prefeito de Antonina, um grande
10 abraço, Prefeito, uma alegria estar com vocês aí. O Prefeito que fez um belíssimo projeto
11 de PSA - Pagamento de Serviço Ambiental no litoral paranaense, dando exemplo aos
12 demais municípios de todo o Paraná para poder avançar nesse projeto. Estou vendo aqui
13 o Fabrício, do Planejamento, falou com a gente também, um defensor do litoral, um
14 abraço. Estou vendo o Paulo Schmidt também, da SETI, presente aí com a gente. Estou
15 vendo também o Paulo Luciano, do CRBio, na qualidade dele aí, também cumprimento
16 os demais membros das entidades não-governamentais que participam deste Conselho.

17 A minha palavra inicial é uma palavra só de agradecimento por vocês estarem
18 aqui com a gente, dizer que eu devo ser o membro mais novo aqui deste Conselho, porque
19 estava no Planejamento, não fazia parte deste Conselho, estou por aqui. Então, a gente
20 está nesse critério da busca da verdade, em busca daquilo que é o melhor para o litoral do
21 Paraná.

22 Nós temos alguns assuntos em pauta, temos alguns pedidos de vista que vão ser
23 analisados daqui a pouco pra gente poder avançar. E a gente, com grande alegria, quer
24 fazer essa retomada do Conselho do Litoral para que a gente possa tomar, de maneira
25 conjunta, algumas medidas que possam beneficiar o nosso litoral. Nós temos aqui a
26 indicação de Conselheiros que foram alterados dentro da Ordem do Dia, depois temos a
27 Resolução Colit 001/2022, que a gente vai avançar aqui, foi feita uma autorização *ad*
28 *referendum* do pleno do Conselho, a emissão de licença ambiental simplificada para a
29 pavimentação do trecho viário localizado no município de Morretes. Também tivemos
30 uma autorização *ad referendum*, em 2022, para emissão de Licença de Instalação de obras
31 de macro e microdrenagem da recuperação da Orla de Matinhos. Mais uma autorização
32 *ad referendum* que foi feita para a emissão de Licença Ambiental Simplificada da Orla
33 de Matinhos, visando a implantação do canteiro de obras para a recuperação da Orla de
34 Matinhos. E depois, a quarta autorização *ad referendum*, que é do Colit 004/2022, que é

35 a emissão de Licença Prévia para a construção de trapiche na comunidade de Piaçaguera
36 no município de Paranaguá. E, o último item aqui, é a Resolução Colit, que essa é uma
37 que nós temos que avançar, que constitui então a Comissão Técnica para análise do
38 projeto do plano diretor dos municípios de Matinhos, Guaratuba, Morretes e Paranaguá,
39 que deram entrada aqui e a gente precisa constituir essa Comissão Técnica. Temos alguns
40 temas e depois a gente vai seguir para Assuntos Gerais e Tribuna Livre. Então, são vários
41 assuntos que a gente precisa avançar e eu preciso do apoio de vocês.

42 Eu passo a palavra novamente para a nossa Secretária Executiva para que ela possa
43 então verificar o quórum e depois fazer a inscrição da Tribuna Livre.

44 A Sra. Secretária Executiva:- Obrigada, Secretário. Eu vou chamar cada
45 instituição e vou pedir para vocês falarem o nome completo, inclusive do Secretário e da
46 suplente, nossa Diretora-Geral, para ficar registrado na nossa gravação. Certo?

47 Então, representantes da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, Presidente.

48 O Sr. Valdemar Jorge:- Valdemar Jorge e também a Louise Garnica como
49 Diretora-Geral.

50 A Sra. Secretária Executiva:- Representante da Secretaria de Desenvolvimento
51 Urbano, Maria Inês Terbeck e Maristela de Paula Muller.

52 A Sra. Conselheira Maria Inês Terbeck (SECID):- Eu estou presente, me chamo
53 Maria Inês Terbeck, só recordando, foi feita uma indicação logo que o Carlos Storer se
54 aposentou, da Paranacidade, e estava a minha indicação e da colega Mônica Vieira, mas
55 parece que não chegou até vocês essa indicação, por algum motivo. Então, agora, estou
56 retificando a nossa superintendência técnica indicou eu como titular e agora a colega
57 Maristela Muller como suplente, representando o Paranacidade, que é o órgão ligado ao
58 SECID, Secretaria das Cidades agora, antes Secretaria de Desenvolvimento Urbano,
59 agora Secretaria das Cidades.

60 A Sra. Secretária Executiva:- Obrigada, Maria Inês. Pela Secretaria do
61 Planejamento e Coordenação Geral, Fabrício Miyagima.

62 O Sr. Conselheiro Fabrício Miyagima (SEPL):- Fabrício Miyagima, Secretaria de
63 Estado do Planejamento.

64 A Sra. Secretária Executiva:- Pela Secretaria de Educação, Verônica Dalcol ou
65 William Heron. (Pausa). Eu acho que vi ali a Verônica, não sei se ela ouviu, pela
66 Secretaria de Educação? (Pausa). Verônica, está ouvindo, pela Secretaria de Educação?
67 (Pausa). Eu acredito que ela deve estar tendo problemas com áudio, eu vou passar para

68 frente. Pela Secretaria de Infraestrutura e Logística, o titular Sandro Alex Cruz de Oliveira
69 ou o suplente Rodrigo Luiz Freitag.

70 O Sr. Conselheiro Rodrigo Luiz Freitag (SEIL):- Boa tarde a todos. Rodrigo Luiz
71 Freitag, da Secretaria de Infraestrutura e Logística.

72 O Sr. Presidente:- Obrigado pela presença, Rodrigo.

73 A Sra. Secretária Executiva:- Temos algum representante da Secretaria de
74 Comunicação. (Pausa). Pela Secretaria de Agricultura e do Abastecimento, Maurício
75 Tadeu Lunardon ou Paulo Roberto Christóforo.

76 O Sr. Conselheiro Maurício Tadeu Lunardon (SEAB):- Ok. O Maurício está
77 presente, Maurício Lunardon - Chefe do Núcleo da Regional de Paranaguá - SEAB.

78 O Sr. Presidente:- Obrigado, Maurício, pela presença.

79 A Sra. Secretária Executiva:- Pela Secretaria de Tecnologia e Ensino Superior,
80 Aldo Nelson Bona ou Paulo Schmidt.

81 O Sr. Conselheiro Paulo Schmidt (SETI):- Paulo Schmidt, presente.

82 O Sr. Presidente:- Obrigado, Paulo, pela presença.

83 A Sra. Secretária Executiva:- Pela Procuradoria Geral do Estado do Paraná, Dr.
84 Paulo Roberto Glaser ou Dr. Antônio Sérgio Bione. (Pausa). Pela Superintendência da
85 Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, Luciano da Cruz Rosina ou André
86 Pimenta.

87 O Sr. Conselheiro Luciano da Cruz Rosina (APPA):- Boa tarde, Luciano Rosina
88 está presente. Só acrescentando que o André Pimenta não faz mais parte do porto, vamos
89 ter que mudar a suplência.

90 O Sr. Presidente:- Perfeito. Obrigado, Luciano.

91 A Sra. Secretária Executiva:- Pelo Instituto Água e Terra, Presidente Everton de
92 Souza e Altamir Hacke.

93 O Sr. Conselheiro Everton Luiz da Costa Souza (IAT):- Everton Luiz da Costa
94 Souza, Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra.

95 O Sr. Presidente:- Obrigado, Everton.

96 O Sr. Conselheiro Altamir Hacke (IAT):- Altamir Hacke, Chefe do Escritório
97 Regional do Litoral.

98 O Sr. Presidente:- Obrigado, Altamir.

99 A Sra. Secretária Executiva:- Pela Secretaria de Turismo, Márcio Nunes e Camila
100 Luiza Cunha Bernardo Aragão.

101 A Sra. Conselheira Camila Luiza Cunha Bernardo Aragão:- Oi, pela Secretaria de
102 Turismo sou eu, Camila.

103 O Sr. Presidente:- Obrigado, Camila, pela presença.

104 A Sra. Secretária Executiva:- Pela Prefeitura Municipal de Antonina, José Paulo
105 Vieira Azim ou Fábio Luiz Azevedo.

106 O Sr. Conselheiro José Paulo Vieira Azim:- José Paulo Vieira Azim, presente.

107 O Sr. Presidente:- Obrigado, José Paulo.

108 A Sra. Secretária Executiva:- Pela Prefeitura Municipal de Guaratuba, o Prefeito
109 Roberto Cordeiro Justus ou Marcelo Bom dos Santos. (Pausa).

110 O Sr. Conselheiro Marcelo Bom dos Santos (PM Guaratuba):- Marcelo Bom, de
111 Guaratuba, presente.

112 O Sr. Presidente:- Obrigado, Marcelo.

113 A Sra. Secretária Executiva:- Obrigada. Algum representante da Prefeitura
114 Municipal de Matinhos? (Pausa). Pela Prefeitura Municipal de Morretes, Amilton Paulo
115 da Silva ou Lucas Galdino. (Pausa). Pela Prefeitura Municipal de Paranaguá, Marcelo
116 Elias Roque ou Diego Delfino.

117 O Sr. Conselheiro Diego Delfino (PM Paranaguá):- Olá, Diego Delfino.

118 O Sr. Presidente:- Obrigado, Diego, pela presença.

119 A Sra. Secretária Executiva:- Pela Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, o
120 Rudisney Gimenes Filho ou Jackson César Bassfeld.

121 O Sr. Conselheiro Jackson César Bassfeld (PM Pontal do Paraná):- Jackson César
122 Bassfeld, presente, suplência do Prefeito Rudisney Gimenes Filho.

123 O Sr. Presidente:- Obrigado, Jackson, pela presença.

124 A Sra. Secretária Executiva:- Pela Universidade Federal do Paraná, Campus
125 Litoral, Fernando Augusto Silveira Armani.

126 O Sr. Presidente:- Tem alguém da UFPR presente?

127 A Sra. Secretária Executiva:- Pelo Centro de Estudos do Mar da Federal, Rodolfo
128 José Angulo ou Paulo da Cunha Lana? (Pausa). Pela Pontifícia Universidade Católica,
129 Alessandro Bertolino ou Jefferson Ulisses da Cunha? (Pausa). Pelo Conselho Regional
130 de Engenharia e Agronomia, Mariana Barbosa ou Lúcio Correa Moura?

131 A Sra. Conselheira Mariana Barbosa (CREA/PR):- Mariana Barbosa, presente,
132 como representante do CREA/Paraná.

133 O Sr. Presidente:- Obrigado pela presença, Mariana.

134 A Sra. Secretária Executiva:- Pelo Conselho de Biologia do Paraná, CRBio/07,
135 Paulo Luciano da Silva ou Camila Domit?

136 O Sr. Conselheiro Paulo Luciano da Silva (CRBio):- Boa tarde a todos. Paulo
137 Luciano da Silva, Conselheiro do CRBio/07.

138 O Sr. Presidente:- Obrigado, Paulo, pela presença.

139 O Sr. Conselheiro Paulo Luciano da Silva (CRBio):- De nada.

140 A Sra. Secretária Executiva:- Pelas Associações Comerciais do Litoral: Ercio Luiz
141 ou Gilberto Espinosa. (Pausa). Pela Federação dos Pescadores do Estado do Paraná,
142 Edmir Maniel ou Admir Costa Freire. (Pausa). Pelo Centro de Estudos de Defesa de
143 Educação Ambiental, Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição ou Guilherme Carmassi.

144 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Luiz
145 Arthur, presente, CEDEA.

146 O Sr. Presidente:- Obrigado, Luiz Arthur, pela presença.

147 A Sra. Secretária Executiva:- Pelo Observatório de Justiça e Conservação, Camila
148 Maia. (Pausa). Pela Associação MarBrasil, Juliano Dobis.

149 O Sr. Conselheiro Juliano Dobis (MarBrasil):- Juliano Dobis, Diretor Executivo
150 da MarBrasil, presente.

151 O Sr. Presidente:- Obrigado, Juliano, pela presença.

152 A Sra. Secretária Executiva:- Pela Federação da Agricultura do Estado do Paraná,
153 FAEP, Carla Beck ou Bruno Vizioli.

154 O Sr. Conselheiro Bruno Vizioli (FAEP):- Bruno Vizioli, da FAEP, presente.

155 O Sr. Presidente:- Obrigado, Bruno, pela presença.

156 A Sra. Secretária Executiva:- Do Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais da
157 Secretaria de Agricultura do Meio Ambiente, Fundepar e afins - SindiSeab, Ana Márcia
158 Altoé e Paulo Roberto Castella.

159 A Sra. Conselheira Ana Márcia Altoé Nieweglowski (SindiSeab):- Ana Márcia
160 Altoé Nieweglowski, presente.

161 O Sr. Presidente:- Obrigado, Ana Márcia, pela presença.

162 A Sra. Secretária Executiva:- Temos também, como observadores: o Ministério
163 Público na pessoa da Dra. Dalva ou da suplente Vanessa Scopel, estão presentes? (Pausa);
164 Pelo ICMBio, Maria Carolina Oliveira Portes ou Ivan Luís Favaro.

165 A Sra. Conselheira Maria Carolina de Oliveira Portes (ICMBio):- Maria Carolina,
166 presente, pelo ICMBio, Parque Nacional Guaricana.

167 O Sr. Presidente:- Obrigado, Maria Carolina, pela presença.

168 A Sra. Secretária Executiva:- Pelo IBAMA, Ralph de Medeiros Albuquerque ou
169 Linus Menezes da Silva. (Pausa). Pela SPU, Josiane Aline da Silva ou Lucie Mara Winter.
170 (Pausa). Temos alguém que não foi chamado e está representando alguma instituição?

171 O Sr. Conselheiro Gilberto Espinosa (Pontal do Paraná):- Gilberto Espinosa,
172 Associação Comercial de Pontal do Paraná.

173 A Sra. Secretária Executiva:- Mais alguém? A Verônica está conseguindo ouvir,
174 consegue se apresentar agora? (Pausa). Acredito que não.

175 O Sr. Presidente:- Está nos ouvindo, Verônica? Aparece a imagem ali da
176 Verônica, mas não estamos conseguindo ouvi-la.

177 A Sra. Secretária Executiva:- Então, eu confirmo o quórum, temos 21 (vinte e um)
178 representantes, o Marcelo Bom também não conseguiu se apresentar. Marcelo?

179 O Sr. Conselheiro Marcelo Bom (PM Guaratuba):- Marcelo Bom, Prefeitura
180 Municipal de Guaratuba. Boa tarde.

181 A Sra. Secretária Executiva:- Desculpa, Marcelo. Obrigada. Temos quórum e
182 podemos prosseguir a reunião.

183 O Sr. Presidente:- Nós temos a questão aqui da Resolução Colit 001/2022 que
184 autoriza *ad referendum* ao pleno do Conselho a emissão de Licença Ambiental
185 Simplificada - LAS, para a pavimentação do trecho viário localizado no município de
186 Morretes.

187 Eu queria convidar o Everton para informar o contexto no qual foi feita essa
188 autorização *ad referendum* só para os Conselheiros terem ciência e poderem se
189 manifestar.

190 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Sr.
191 Presidente, questão de ordem?

192 O Sr. Presidente:- Pois não. Quem fala?

193 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Aqui quem
194 está falando é o Arthur da Conceição, do CEDEA. Presidente, é o seguinte: a gente
195 concorda com essa resolução, enfim, não discordamos dela. Porém, nós não temos acesso
196 aos processos, sabe, Presidente? É mandado da página, não tem acesso ao processo inteiro
197 do licenciamento, e é corriqueiro abrir uma reunião e, às vezes, fazer a convocação mas
198 não enviar os processos na sua íntegra para análise. É só uma observação, Presidente.
199 Obrigado.

200 O Sr. Presidente:- Está bom, Luiz. Muito pertinente a observação para poder ter
201 transparência e publicidade nos atos naquilo que são públicos.

202 Eu convido o Presidente Everton, do IAT, se ele puder fazer a explanação com
203 relação ao contexto e às considerações onde foi feita essa decisão *ad referendum* do
204 Conselho pleno. Então, passo a palavra para o Everton para poder se manifestar, inclusive
205 quanto à questão que o Luiz Arthur coloca de se ter pleno conhecimento e transparência
206 de todo o conteúdo dessa autorização.

207 O Sr. Casa Everton Luiz da Costa Souza (IAT):- Boa tarde a todos os
208 Conselheiros, em especial ao Presidente Valdemar. Dizer que o Luiz Arthur está coberto
209 de razão, eu achava inclusive que teria sido repassado para os Conselheiros, pelo menos
210 os indicativos da emissão desses *ad referendum*.

211 Então, o que eu posso passar? Todos esses processos aqui que constam *ad*
212 *referendum* para a emissão de licenças, o Altamir tem conhecimento dos três processos,
213 aliás dos dois processos finais, esses dois iniciais, tanto da LAS para a pavimentação do
214 trecho viário no município de Morretes quanto a da macro e microdrenagem das obras de
215 revitalização da Orla de Matinhos. Foram cumpridos todos os requisitos para as referidas
216 emissões, tanto da Licença de Instalação da Orla quanto também da LAS da pavimentação
217 do trecho viário do município de Morretes.

218 Então esse é o ponto, a gente passou com *ad referendum* pelo Conselho, e eu
219 entendia que a documentação poderia ser mais, vamos dizer assim, detalhada para os
220 Conselheiros.

221 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Não foi, né
222 Presidente. Desculpa, Presidente Everton. Na verdade não foi, e a gente, quando passam
223 as reuniões, todas às vezes a gente pede os processos. Por isso que a gente vem pedindo
224 vista, pedindo vista, porque a gente não tem acesso aos processos. E pela transparência,
225 pela publicidade, pela Lei de Compliance do Estado, deveria se fazer acesso a esses
226 documentos. É só essa observação. Nós não temos nada contra um asfalto, entendeu?, que
227 é objeto de discussão nesse momento.

228 Então, Presidente, eu gostaria que o Presidente Everton detalhasse objetivamente
229 sobre essa questão do asfalto, só para a gente aprovar ou pedir vista ou seja o que for.
230 Obrigado.

231 O Sr. Conselheiro Everton Luiz da Costa Souza (IAT):- Luiz Arthur, você tem
232 razão com relação à transparência dos processos, acho que isso a gente pode solucionar
233 com a Secretaria Executiva, com a Larisseane, pra gente fornecer essa documentação da
234 forma mais explícita possível. O nosso SGA é acessível, inclusive ao Ministério Público,
235 todos têm acesso, né, existe essa possibilidade de acesso e controle por parte do Ministério

236 Público. Agora, para vocês que não têm acesso direto, seria interessante dar mais detalhes
237 com relação à documentação.

238 Ambas as obras que eu estou me referindo, esses dois primeiros *ad referendum*
239 são obras de utilidade pública, são obras públicas, de vital importância para o município
240 de Morretes e também para o município de Matinhos. Inclusive as obras estão em
241 andamento, a obra de macro e microdrenagem lá em Matinhos está em pleno andamento,
242 eu não sei bem a situação da obra do DER, não sei se tem alguém da SEIL que pudesse
243 nos colocar como está essa questão. Mas obra de utilidade pública que havia necessidade
244 de nós emitirmos essas licenças para poder fazer a realização das devidas obras.

245 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- É só a
246 questão do asfalto mesmo, Presidente, a questão do asfalto. A próxima pauta a gente
247 discute na próxima pauta. A questão do asfalto, como ficou, como vocês licenciaram isso?
248 Só para dar um detalhe para nós, por gentileza. Obrigado.

249 O Sr. Conselheiro Everton Luiz da Costa Souza (IAT):- Luiz Arthur, eu não tenho
250 detalhes do licenciamento aqui, mas só para dizer o seguinte: foi emitida uma LAS
251 obedecendo critérios para se emitir uma Licença Ambiental Simplificada. Esse asfalto
252 provavelmente foi feito num leito existente, num leito já de terra batida, sem supressão
253 vegetal, sem nenhum comprometimento da questão ambiental, além da própria
254 pavimentação, por isso que ela se enquadra dentro do Licenciamento Ambiental
255 Simplificado. É o que eu posso esclarecer, e, se for o caso, passar para você com mais
256 detalhe, depois com relação ao processo como todo, porque eu não tenho detalhes dele
257 aqui.

258 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Eu acho
259 que deixo para os colegas, porque a gente tem que ver como foi feita a tubulação: se cai
260 em rio, se não cai em rio, se passa caminhão nessa via, se passa caminhão com produtos
261 químicos nessa via, se a tubulação, por exemplo, da água pluvial, vai direto para o rio,
262 como é feito, se é feita uma canalização dela. É isso que a gente precisava, só desses
263 detalhezinhos. O asfalto a gente não é contra de jeito nenhum, eu acho que é
264 desenvolvimento. Agora é só saber para onde que vai essa água, sabe?

265 O Sr. Conselheiro Everton Luiz da Costa Souza (IAT):- Não existe restrição
266 nenhuma com relação ao tráfego nesse ponto que foi licenciado. É evidente que sempre
267 existe um risco, em qualquer tipo de rodovia ou de estrada ou de rua pavimentada, de se
268 acontecer algum tipo de acidente. Com relação às interferências de água pluvial, foram
269 devidamente analisadas também, portanto, todas as travessias, todos os bueiros foram

270 devidamente analisados pela nossa equipe e, portanto, todos os requisitos para se emitir
271 uma Licença Ambiental Simplificada foram cumpridos.

272 O Sr. Conselheiro Altamir Hacke (IAT):- Você me permite, Presidente?

273 O Sr. Conselheiro Everton Luiz da Costa Souza (IAT):- Pois não.

274 O Sr. Conselheiro Altamir Hacke (IAT):- Então é o seguinte: a questão do
275 licenciamento para esse trecho especificamente, foi utilizada a Resolução Sema
276 046/2015. Então, todo o projeto, quando é desenvolvido, é de responsabilidade do Poder
277 Público Municipal, especificamente da Secretaria de Obras, enfim. Então, existe uma
278 responsabilidade técnica por trás disso tudo. O que o IAT faz? Ele analisa questões
279 ambientais do projeto apresentado. Então, foi feita essa análise, foi elaborado o parecer
280 técnico que resultou na emissão da licença ambiental.

281 Com relação à transparência, a gente pode passar o processo como todo, bem
282 como o parecer técnico bem detalhado, para conhecimento de todos. Então, até
283 questionamento tem que se fazer com base na análise do parecer técnico.

284 O Sr. Conselheiro Everton Luiz da Costa Souza (IAT):- Mas o importante, Luiz
285 Arthur, lógico, esse acesso talvez fosse necessário para vocês terem mais detalhes, mas o
286 importante é que, do ponto de vista do ritual do licenciamento, caberia para essa situação
287 uma Licença Ambiental Simplificada como essa que foi emitida para esse trecho de
288 asfalto.

289 O Sr. Presidente:- Obrigado. Eu vou pedir para a Secretária Executiva, o
290 Presidente Everton comentou que essa documentação teria sido encaminhada para a
291 Sedest ou para o Colit aqui. Eu só queria ver se essa documentação já está aqui no Colit
292 ou não, pra gente poder partilhar essa informação com todos os Conselheiros.

293 A Sra. Secretária Executiva:- Então, como pode ser notada a resolução, a
294 resolução foi uma resolução *ad referendum*, na época o Conselho estava sem Secretário
295 Executivo, porque eu estava de licença-maternidade, e os encaminhamentos estavam
296 sendo feitos pelo gabinete. Como o Presidente Everton comentou, foi feito pelo sistema
297 SGA, a gente não tem acesso ao sistema SGA, mas também, como o Presidente Everton
298 comentou, nada impede que a gente possa conversar e encaminhar a documentação para
299 os Conselheiros.

300 O Sr. Presidente:- Está bom, muito obrigado. Aberta a palavra ainda aos
301 Conselheiros. Luiz Arthur, você está satisfeito com os esclarecimentos ou você prefere
302 vista e compartilhar as informações com todos os demais Conselheiros?

303 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Presidente,
304 não estamos aqui para atrapalhar a questão do desenvolvimento. Eu acho que isso aqui é
305 uma questão, de certa forma, não tão relevante, é relevante para o município. Então, eu
306 não me oponho, entendeu, Presidente? Só os demais, se quiserem falar ou se oporem. Eu
307 não me oponho, eu deixo como está.

308 O Sr. Presidente:- Aberta a palavra aos demais Conselheiros.

309 O Sr. Conselheiro Everton Luiz da Costa Souza (IAT):- Permita-me, Secretário,
310 inscrever-me novamente. (Assentimento). Eu acho importante o que você coloca, Luiz
311 Arthur, com relação à transparência dos processos. Então, aqui, talvez, nós não
312 tivéssemos tido uma comunicação melhor na Sema, nós podíamos ter colocado essa
313 documentação, sem problema nenhum, pode ser inclusive enviada ainda aos
314 Conselheiros, se for o caso. Eu acho que a sua contribuição é importante em relação à
315 transparência dos processos, que é uma marca do Instituto Água e Terra.

316 O Sr. Presidente:- Está bom. Obrigado, Presidente Everton. Então, eu coloco para
317 deliberação com relação a essa apreciação do pleno quanto à aprovação dessa autorização
318 *ad referendum*, ficando orientado que, mesmo com a aprovação *ad referendum*, sejam
319 encaminhados a todos os Conselheiros os termos dessa LAS realizada e que toda e
320 qualquer autorização seja encaminhada.

321 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Presidente,
322 só uma observação, *ad referendum* só do asfalto.

323 O Sr. Presidente:- Só da Resolução 001/2022, por enquanto, que eu estou
324 colocando em deliberação, colocando essa apreciação pelo pleno quanto à aprovação da
325 Resolução Colit 001/2022.

326 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- É do
327 asfalto, só para eu lembrar.

328 O Sr. Presidente:- É. Isso, para pavimentação do trecho viário localizado no
329 município de Morretes.

330 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Ah, tá.
331 Obrigado. Desculpa qualquer equívoco.

332 O Sr. Presidente:- Imagina, imagina, Arthur. Então colocado para deliberação.
333 Quem estiver de acordo, permaneça como está, quem quiser se opor, por favor, manifeste-
334 se. (Pausa). Bom, diante da ausência de manifestação e a concordância de todos, está
335 APROVADA essa autorização *ad referendum* do pleno para a Resolução Colit 001/2022,
336 para a emissão de Licença Ambiental Simplificada - LAS, para a pavimentação do trecho

337 viário localizado no município de Morretes. Ficando a ressalva que, mesmo com essa
338 aprovação, seja encaminhada para todos os membros essa documentação com vista à
339 transparência, que é uma das marcas que a gente quer, cada vez mais, avançar aqui no
340 Colit. E que toda e qualquer outra deliberação seja precedida do encaminhamento da
341 documentação, ok?

342 Segundo item da pauta é a Resolução Colit 002/2022, que também autoriza *ad*
343 *referendum* ao pleno do Conselho a emissão de Licença de Instalação das obras de macro
344 e microdrenagem das obras de recuperação da Orla de Matinhos.

345 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Por ordem,
346 Presidente, e termos regimentais foi pedido vista.

347 A Sra. Secretária Executiva:- Isso, exatamente. Por meio do Protocolo n.º
348 20.595.660-3, o CEDEA e a Associação MarBrasil pediram vista do segundo ponto de
349 pauta, que trata sobre a Licença de Instalação das obras de macro e microdrenagem das
350 obras de recuperação da Orla de Matinhos. Então, pelo Regimento Interno, o ponto é
351 retirado de pauta para que as instituições se manifestem e retorne para a próxima reunião
352 ordinária do Colit.

353 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Eu gostaria
354 de manifestação, Sr. Presidente, sobre a questão de vista, justificativa.

355 O Sr. Presidente:- Por favor.

356 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- A
357 justificativa é a seguinte, Presidente: primeiro porque não foi encaminhado... Quando
358 você vai analisar uma Licença de Operação, você tem que analisar o EVTEA, tem que
359 analisar o projeto básico, tem que analisar a Licença Prévia, tem que analisar o contrato,
360 tem que analisar a licitação, tem que analisar o todo, para saber como é que chegou na
361 Licença de Operação. E se ocorrer algum desvio administrativo sobre esses
362 procedimentos, a administração pode corrigir ou a gente toma algumas medidas referentes
363 ao órgão fiscalizador, seja Tribunal de Contas do Estado, seja o Ministério Público, enfim.

364 Então, Presidente, eu gostaria que a gente tivesse acesso ao EVTEA, ao projeto
365 básico dessa macro e microdrenagem, a Licença Prévia, porque tem condicionantes na
366 Licença Prévia; e também como foi feita a licitação, o contrato da licitação, para saber
367 quem está pedindo a Licença Prévia, se é o próprio órgão ou se é a empresa que ganhou
368 a licitação. Isso aí não tivemos acesso de nada. Então, é muito difícil eu fazer uma análise
369 geral, completa, e os Conselheiros fazerem uma análise geral e completa também, certo?
370 Porque essa macro e microdrenagem adentra e pode também afetar uma parte do Rio

371 Guaraguaçu que entra na cidade de Pontal do Paraná e, obviamente, vai chegar até o
372 Estuário de Paranaguá. Então, tem que fazer essa análise completa, tem que saber como
373 o projeto está constituído. E aí, a partir disso, com bom senso, razoabilidade, dentro da
374 proporcionalidade, a gente coloca para aprovação ou não. “Ah, foi feito *ad referendum*.”
375 Não sei se o *ad referendum* seria o óbice na questão para o Comitê da Bacia Hidrográfica,
376 porque se está mexendo com água. E quem é originário para poder decidir sobre a água é
377 o Comitê da Bacia Hidrográfica, é o conselho do Comitê. Então, tem que analisar o todo,
378 tem que analisar o todo pra gente poder dar depois um parecer justificado sobre essa
379 macro e microdrenagem. Então, é nesse sentido, Presidente. E assim, eu quero chamar a
380 atenção da Secretaria Executiva de, novamente, uma questão tão relevante não apresentou
381 esses documentos.

382 E também, nesse nosso documento, a gente também faz um alerta de controle
383 administrativo que vem sendo emitidas algumas anuências por parte da Secretaria
384 Executiva sem encaminhar para o pleno e também sem avaliação de uma... a gente chama
385 de intersetorial, que são engenheiros, são arquitetos, enfim, que é o que determina a
386 legislação, que determina o Regimento Interno. Então, é nesse sentido, Presidente. Eu
387 acho que o senhor, como Presidente deste Conselho e como Secretário dessa Secretaria,
388 tomar essas medidas cabíveis em relação à Secretaria Executiva do Colit, porque está
389 assim, por exemplo, foi emitida uma anuência da Ilha do Mel e a justiça barrou esse
390 empreendimento, e assim vai. Tem outros empreendimentos que vão ser discutidos
391 também que o Colit vem emitindo anuência. E a gente até pediu para que se apresente,
392 como Conselheiro, todos os documentos que teve anuência da Secretaria Executiva,
393 porque nós temos que avaliar, avaliar a questão da biodiversidade, avaliar como foi dada
394 essa anuência. E isso não é possível mais acontecer, Presidente. Eu só peço ao senhor,
395 que está chegando agora, que realmente tome as medidas cabíveis internamente dentro
396 desse órgão público. Muito obrigado, Presidente.

397 O Sr. Presidente:- Obrigado, Arthur, pelas considerações. Eu vou abrir a palavra
398 agora para a Secretária Executiva para que ela possa se manifestar com relação à questão
399 da documentação e também com relação a esse último item apontado por você.

400 A Sra. Secretária Executiva:- Então, como comentado já no ponto anterior, essas
401 quatro resoluções, que foram emitidas *ad referendum*, foram emitidas quando a Secretaria
402 Executiva estava sem representante, o expediente era encaminhado direto à Diretoria
403 Geral da gestão anterior e todo o procedimento *ad referendum* foi encaminhado pelo
404 gabinete. Então, quando se refere a esses licenciamentos, que são automáticos pelo

405 sistema, normalmente a gente não tem acesso porque é pelo SGA, essas documentações
406 não chegaram na Secretaria Executiva, porque no momento dos *ad referendum* não havia
407 Secretaria Executiva. E complementando à exposição do Arthur sobre as anuências
408 prévias, nós temos conhecimento da legislação. A legislação, inclusive, dá suporte para
409 que a Secretaria Executiva emita as anuências prévias. Todas as anuências prévias são
410 emitidas com base em pareceres técnicos do IAT, com estudos fundamentados. Então,
411 nada impede que realmente seja feita a publicização de todas as anuências, que a gente
412 abra um link no site, mas, de acordo com o Decreto 7.948, Art. 2º, é atribuição do Colit
413 por meio da Secretaria Executiva - vou ler aqui: “Conceder anuência prévia, através da
414 Secretaria Executiva, aos procedimentos administrativos de edificações com três ou mais
415 pavimentos, quando situados nas áreas de menor restrição e quaisquer edificações nas
416 áreas de maior restrição, definidas no Regulamento aprovado pelo Decreto nº 2.722, de
417 14 de março de 1984, e alterações posteriores e Planos Diretores Municipais
418 homologados pelo Conselho.”

419 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Então,
420 Presidente, é o seguinte: ela não está lendo... porque tem que ter um grupo técnico de
421 engenheiros e arquitetos, ela não pode emitir sozinha isso. Certo?

422 A Sra. Secretária Executiva:- A emissão que faz referência, Arthur, sobre o
423 Regimento Interno...

424 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Não. Tem
425 que ter um parecer, a legislação é bem clara, o decreto.

426 A Sra. Secretária Executiva:- Só um momento, estou me manifestando. A
427 manifestação que você fala, que tem que ter de uma Câmara, é mencionado no Regimento
428 Interno e o decreto é superior ao Regimento Interno, por isso a gente utiliza o que está
429 estabelecido no decreto. Mas, como você colocou à sua preocupação no seu processo de
430 vista, nós vamos encaminhar à assessoria jurídica que vai se manifestar, vai fazer o
431 parecer dela de acordo com a legislação pertinente para que possa sanar as dúvidas no
432 sentido dessa emissão das anuências.

433 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Independe
434 do empreendimento tem que mandar para o pleno, respeitar os Conselheiros. É isso que
435 eu gostaria de colocar, Presidente, acho que, para encerrar, vem esse processo para nós e
436 nós vamos nos manifestar nele. Muito obrigado.

437 O Sr. Presidente:- Obrigado, Arthur, pela manifestação.

438 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Mas antes,
439 Presidente, para a gente ter o prazo de quinze dias, eu vou precisar de todos aqueles
440 documentos ali, que são os documentos necessários do conjunto da obra. Certo?

441 O Sr. Presidente:- Ok., Arthur. Obrigado pela manifestação. Eu vou abrir a palavra
442 agora para o Presidente Everton para que ele possa se manifestar também, para passarmos
443 para a deliberação na sequência.

444 O Sr. Conselheiro Everton Luiz da Costa Souza (IAT):- Eu acho que é muito
445 simples e está tudo certo. O Arthur tem direito a ver a documentação. É Licença de
446 Instalação, não é uma Licença de Operação, Arthur, é uma Licença de Instalação da macro
447 e microdrenagem na obra de revitalização da Orla de Matinhos. Perfeito.

448 Com relação à questão do processo licitatório, você tem que fazer um pedido
449 específico, na minha opinião, porque a questão do *ad referendum* diz respeito à questão
450 do licenciamento, portanto, você vai pedir vista e vai ter a documentação relativo ao
451 licenciamento. Agora, com relação à questão do processo licitatório, também o processo
452 é transparente dentro do Instituto Água e Terra, você vai ter que fazer um pedido
453 específico porque não é o que consta na pauta. A pauta se refere à questão da emissão da
454 Licença de Instalação.

455 O Sr. Presidente:- Obrigado, Presidente Everton. Arthur e demais Conselheiros,
456 então fica assim: foi concedida vista desse *ad referendum* da Licença de Instalação das
457 obras de macro e microdrenagem das obras de revitalização da Orla de Matinhos. Estão
458 pedindo vista, a Secretaria Executiva vai fazer todos os procedimentos necessários para
459 que a gente possa avançar nesta questão. Fica a orientação, Arthur, também de fazer um
460 pedido específico desses documentos complementares direto ao IAT para que ele possa,
461 cumprindo o princípio da publicidade e transparência, passar as informações necessárias.
462 E com relação à questão específica dos termos do decreto e do regulamento, a gente vai
463 pedir um parecer técnico, que conste em ata o parecer técnico jurídico da assessoria
464 jurídica da Sedest, para que a gente possa avaliar a manutenção ou alteração dos
465 procedimentos da Secretaria Executiva, após esse parecer, e a gente vai trazer e vai dar
466 publicidade também aqui para este Conselho. Ok., gente?

467 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Só uma
468 observação, Presidente. O Conselheiro pode encaminhar para a Secretaria Executiva e a
469 Secretaria Executiva pedir esse encaminhamento, porque eu estou pedindo via Colit,
470 certo? Então, como Conselheiro, eu posso pedir via Colit, conforme Regimento Interno.
471 Obrigado, Presidente.

472 O Sr. Presidente:- Está bom. Perfeito. Assim será feito. A Louise, Secretária Geral,
473 está dizendo que esse parecer jurídico referente a esse questionamento dos procedimentos
474 internos da Secretária Executiva, a gente vai encaminhar à PGE, porque nós estamos sem
475 jurídico interno com condições de assinar o documento desses moldes de parecer. Está
476 bom? Ok., muito obrigado a todos.

477 Passamos então para o terceiro ponto aqui, que é a Resolução Colit 003, que
478 também autoriza *ad referendum* ao pleno do Conselho a emissão de Licença Ambiental
479 Simplificada da Orla de Matinhos, visando a implantação de canteiro de obras para a
480 recuperação da Orla de Matinhos. Então, colocando também para a manifestação dos
481 Conselheiros. (Pausa). Sem manifestação preliminares, abro a palavra para o Presidente
482 Everton para que ele possa se manifestar quanto aos termos e às condições que foram
483 feitas essa autorização *ad referendum* da Licença Ambiental Simplificada para o canteiro
484 de obras.

485 O Sr. Conselheiro Everton Luiz da Costa Souza (IAT):- Eu inicio aqui a
486 manifestação também reforçando que todos os requisitos para a LAS, com relação à
487 instalação desse canteiro de obra, foram cumpridos aqui pelo Instituto Água e Terra. E
488 passo a palavra para o nosso Chefe Regional, que participou ativamente desse processo
489 de Licenciamento Ambiental Simplificado da Orla de Matinhos.

490 O Sr. Presidente:- Desse canteiro de obras.

491 O Sr. Conselheiro Altamir Hacke (IAT):- Exatamente. Então, só reforçando,
492 Larisseane, desses dois que eu participei tanto da LAS quanto da próxima LP, que é a
493 próxima resolução que a gente vai discutir, eu consigo passar para vocês o processo na
494 íntegra do licenciamento, para dar visibilidade, acesso a todos da reunião. Então, a LAS
495 do canteiro de obras se enquadrou como uma indústria de artefatos de cimento, enquadrou
496 na Resolução Cema 70/2009. Toda a documentação que devia ser apresentada foi
497 apresentada, foi feita uma análise técnica por parte do corpo técnico do IAT, resultou no
498 parecer técnico, o qual foi submetido à apreciação do Colit também. Mas, devido à
499 urgência na época, saiu como *ad referendum* para que depois fosse analisado. Mas todos
500 os critérios técnicos do Sistema de Controle Ambiental foram previstos e foram
501 estabelecidos condicionantes na licença ambiental.

502 O Sr. Presidente:- Está aberta a palavra para discussão, antes da deliberação.

503 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Presidente.

504 O Sr. Presidente:- Por favor, Arthur.

505 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Eu acho
506 que não tem abstenção aí, não tenho nada contra, já foi feito mesmo. Agora, o que eu fico
507 assim é que não respeitaram o Gerenciamento Costeiro, o Comitê de Gerenciamento
508 Costeiro. O Comitê de Gerenciamento Costeiro, quando são obras no entorno da orla
509 marítima ou próximo dela ou que tem influência dela, é necessária a anuência deles.
510 Então, o Gerenciamento Costeiro é claro, o decreto do Gerenciamento Costeiro é claro
511 sobre análise de licenciamentos. Então, já foi feito, já foi feito. Agora, precisa um pouco
512 mais de critério, respeitar um pouco mais os decretos, respeitar um pouco mais a
513 legislação, respeitar um pouco mais o conselho do Gerenciamento Costeiro, que tem aí
514 prefeituras, tem aí universidade, tem tantos outros que estão juntos do Gerenciamento
515 Costeiro. Então, é nesse ponto, eu acho que tem que respeitar o que existe dentro da
516 democracia, dentro da organização do nosso Estado do Paraná. Muito obrigado,
517 Presidente.

518 O Sr. Presidente:- Obrigado, Arthur. Não há oposição com relação a esse item.
519 Alguém mais quer se manifestar?

520 O Sr. Conselheiro Altamir Hacke (IAT):- Secretário, eu só queria complementar.
521 Todas essas observações com relação à localização do empreendimento foi abordado na
522 análise do licenciamento. A obra do canteiro não é na Orla, é mais retirada, é mais para o
523 interior do município de Matinhos. Então, não afeta o sistema costeiro diretamente. Ok?

524 O Sr. Presidente:- Está bom. Obrigado pelos esclarecimentos. Eu acho que fica
525 aqui a orientação também que a gente busque dar mais publicidade e transparência, eu sei
526 que essa já é a regra, mas a gente quer trabalhar aqui trazendo ao Conselho para evitar
527 autorização *ad referendum*. A gente quer realmente chamar o Conselho, para que o
528 Conselho possa se manifestar e aprovar previamente no próprio Conselho para evitar
529 autorizações *ad referendum*. Essa é uma linha que a gente quer atuar bastante neste Colit,
530 a partir desse momento. Então, coloco para aprovação. Quem estiver de acordo
531 permaneça como está, quem tiver alguma oposição, por favor, manifeste-se. (Pausa). Não
532 havendo oposição...

533 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Abstenção,
534 Presidente. Me abstenho.

535 O Sr. Presidente:- É o Arthur, né?

536 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Isso.

537 O Sr. Presidente:- Está bom.

538 A Sra. Conselheira Ana Márcia Altoé Nieweglowski:- O SindiSeab também se
539 abstém porque não teve acesso também pleno ao processo.

540 O Sr. Presidente:- Está bom. Duas abstenções então, por favor, que fiquem
541 registradas em ata.

542 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Acho que
543 a MarBrasil está se abstendo também.

544 O Sr. Conselheiro Juliano Dobis (MarBrasil):- Sim, a Associação MarBrasil se
545 abstém também.

546 O Sr. Presidente:- Está bom. A Associação MarBrasil também se abstém, que
547 constem em ata as três abstenções. Bom, com três abstenções e nenhuma oposição,
548 APROVADA então a autorização *ad referendum* com relação à implantação do canteiro
549 de obras para a recuperação da Orla de Matinhos, ficando novamente a recomendação de
550 encaminhamento prévio de todos os documentos, antes de qualquer convocação de
551 reunião deste Conselho, só reafirmando o que já foi falado nos itens anteriores.

552 O outro ponto é a Resolução Colit 004/2022, que autoriza *ad referendum* ao pleno
553 do Conselho a emissão de Licença Prévia para a construção de trapiche na comunidade
554 Piaçaguera no município de Paranaguá.

555 Eu abro a palavra para que o Presidente Everton possa se manifestar e depois para
556 os demais.

557 O Sr. Conselheiro Everton Luiz da Costa Souza (IAT):- Novamente aqui,
558 cumprindo todos os requisitos necessários para a emissão da Licença Prévia para a
559 construção desse trapiche, também obra de utilidade pública, obra pública inclusive com
560 recursos públicos, foi emitida essa Licença Prévia que o Altamir vai detalhar um
561 pouquinho mais aqui, porque foi emitido lá pelo escritório.

562 O Sr. Presidente:- Obrigado.

563 O Sr. Conselheiro Altamir Hacke (IAT):- Justamente, uma obra de utilidade
564 pública de interesse social. Na época de emitir o licenciamento houve uma ressaca, em
565 meados de agosto, setembro, mais ou menos, e caiu o trapiche da comunidade; e já havia
566 esse requerimento para o licenciamento prévio pelo Porto, com recursos do Porto
567 também. Nós analisamos e atendemos todos os quesitos legais estabelecidos pela
568 Resolução Sema 040/2013, hoje já foi alterada pela 032/2022.

569 Então, isso foi feito um caráter emergencial, lembrando que é de utilidade pública
570 porque a comunidade não tinha como ir para lá e para cá, o ir e vir. Então, foi realmente
571 feito o *ad referendum* justamente devido à necessidade da comunidade local.

572 O Sr. Presidente:- Está aberta a palavra para os demais Conselheiros para
573 manifestação ou questionamento. (Pausa). Não havendo mais questionamentos, coloco
574 para deliberação. Quem, por favor, estiver de acordo com a aprovação dessa autorização
575 *ad referendum* ao pleno do Conselho para a emissão de Licença Prévia para a construção
576 de trapiche na comunidade de Piaçaguera, município de Paranaguá, permaneça como está,
577 e quem se opor, por favor, manifeste-se. (Pausa). Não havendo oposição e abstenção,
578 APROVADA a Resolução Colit 004/2022.

579 O outro item da nossa pauta é a elaboração de uma resolução pelo Colit que
580 constitui a Comissão Técnica para análise do Plano Diretor dos municípios de Matinhos,
581 Guaratuba, Morretes e Paranaguá. Eu passo a palavra agora à Secretária Executiva, para
582 que ela possa fazer a apresentação da resolução.

583 A Sra. Secretária Executiva:- Sobre essa resolução inicialmente eu gostaria de
584 informar que também foi solicitado pedido de vista, mas, quanto a esse pedido de vista,
585 eu gostaria de questionar o Arthur se é realmente necessário, porque a gente trouxe essa
586 resolução com o objetivo de realmente fazer um estudo com vocês...

587 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Presidente.

588 O Sr. Presidente:- Pois não.

589 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- O pedido
590 de vista fica aberto, mas, dependendo do desenrolar da questão, a gente retira o pedido de
591 vista, certo? Porque a gente não concorda com algumas coisas que estão na resolução, até
592 Pontal do Paraná não está dentro da resolução, enfim. A questão é para Pontal do Paraná,
593 mas a prefeitura não está. Está um pouco confusa essa resolução. Mas a gente deixa aberto
594 o nosso pedido de vista, podemos dar continuidade à discussão, sem problema nenhum,
595 Presidente.

596 O Sr. Presidente:- Vamos ouvir a Secretaria Executiva...

597 O Sr. Conselheiro Jackson Bassfeld (PM Pontal do Paraná):- Presidente, Pontal
598 do Paraná. Pontal do Paraná, nesse primeiro momento não está presente, porque Pontal
599 do Paraná está iniciando um processo licitatório para a revisão do plano diretor aqui do
600 município. A nossa expectativa é que ainda nesse primeiro semestre esse processo esteja
601 concluído e aí, sim, podemos voltar junto ao Colit, fazermos presença, ou numa nova
602 resolução específica, só considerando Pontal do Paraná ou agregando aos demais
603 municípios.

604 O Sr. Presidente:- Está bom. Obrigado pela manifestação, Sr. Jackson.

605 O Sr. Conselheiro Jackson Bassfeld (PM Pontal do Paraná):- Perfeito.

606 O Sr. Presidente:- Na verdade essa resolução é para constituir a Comissão Técnica
607 para análise do plano diretor dos municípios de Matinhos, Guaratuba, Morretes e
608 Paranaguá, e depois os demais que vierem na sequência a ser apresentados aqui no Colit.
609 A manifestação aqui, Arthur e demais Conselheiros, é que a Secretaria Executiva possa
610 manifestar quais são os termos e depois vocês dizem se estão suficientemente esclarecidos
611 para tomar a deliberação já ou se alguém precisa de vista para poder dar a sua contribuição
612 com relação à constituição da Comissão Técnica. Ok?

613 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Presidente,
614 o Art. 1º da resolução diz o seguinte, vou ler aqui: “Constituir Comissão Técnica para
615 tratar da continuidade dos estudos, visando analisar o projeto do plano diretor elaborado
616 pelo município de Pontal do Paraná.” Não fala em demais municípios, por isso que nós
617 estamos questionando.

618 O Sr. Presidente:- Deixe-me ver aqui, Art. 1º.

619 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Art. 1º da
620 resolução. Então, se nós vamos discutir todos os planos diretores de todos os municípios,
621 é uma coisa. Agora discutir o plano diretor só de Pontal do Paraná e Pontal do Paraná está
622 fora, estranho né!

623 O Sr. Presidente:- Realmente existe, reforçando... Eu vou abrir a palavra para a
624 Secretária Executiva, porque realmente na pauta está “constituição da Comissão Técnica
625 para análise do plano diretor dos municípios de Matinhos, Guaratuba, Morretes e
626 Paranaguá”, e fazendo a leitura do Art. 1º, está aqui “elaboração pelo município de Pontal
627 do Paraná, já discutido em audiências públicas”. Aberta a palavra para a Secretária
628 Executiva.

629 A Sra. Secretária Executiva:- Obrigada, Presidente. Então, como é de
630 conhecimento dos Conselheiros aqui do Colit, todas as atualizações dos planos diretores
631 dos municípios do litoral têm que passar por aqui para fazer a aprovação e, após
632 aprovação, a gente encaminha para a Casa Civil para que seja editado o decreto pelo
633 Governador. O decreto vai substituir os decretos antigos, para fazer essa atualização para
634 que a gente utilize essa legislação para análise dos novos processos.

635 No momento a gente tem atualização do município de Paranaguá, que já fez a
636 publicação inclusive no município, mas não passou pela análise do Colit; Guaratuba
637 estava fazendo análise, mas, se não me engano, teve um problema com o Ministério
638 Público, talvez Guaratuba queira se manifestar; Matinhos também estava fazendo, já tinha
639 feito a conferência municipal, que é o trâmite final, mas o Gaema emitiu uma

640 recomendação administrativa; tivemos a informação, o Jackson entrou em contato
641 comigo, de que Pontal do Paraná estava iniciando os procedimentos para fazer a
642 atualização do plano diretor, fazendo a licitação para a contratação da empresa que vai
643 fazer esse estudo; temos aí o município de Antonina, que também precisou parar o
644 procedimento da atualização a pedido do Ministério Público; e o município de Morretes
645 também estava fazendo a revisão, também estava na fase final.

646 Sobre a resolução que foi encaminhada para vocês, como vocês podem perceber
647 ela está sem número, então foi uma resolução que não está pronta para aprovação. É uma
648 resolução que está aberta para recomendações, adições dos Conselheiros. Além disso,
649 anteriormente, as resoluções eram feitas cada uma para um município, mas o que
650 acontece? Normalmente o corpo técnico do Governo do Estado se mantém o mesmo,
651 então a gente tinha uma resolução para cada município que passa pelos mesmos membros
652 no Governo do Estado e mudavam os membros de cada município. A proposta que a gente
653 está trazendo para vocês, é fazer uma só Câmara que atenda todos os municípios.

654 O Arthur, quando pediu vista do processo, também encaminhou algumas
655 sugestões para alteração dessa resolução, e a gente traz essa resolução aqui exatamente
656 para discussão, não para aprovação nesse momento.

657 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Presidente,
658 com todo o respeito à Secretaria Executiva, na resolução veio uma coisa e ela fala outra,
659 certo? Não é querer ser, de forma alguma, agressivo, mas é uma questão de ordem
660 administrativa. E só para colocar, Presidente, cada município tem uma tipicidade, e eu
661 estou há mais de doze anos trabalhando no Colit, trabalhando em outros conselhos que a
662 gente participa em outros estados, sempre foram feitas resoluções separadas para cada
663 município, porque cada município tem sua tipicidade. Se a gente fizer uma resolução só
664 para todos os municípios, fica uma confusão isso aqui. Só para vocês terem uma ideia,
665 todos os municípios entra a Câmara Municipal e a Câmara Municipal não tem nada a ver.
666 Por exemplo, a Câmara Municipal de Guaratuba, o que tem a ver com a Câmara
667 Municipal de Pontal do Paraná? Daí, pessoas lá de Guaratuba, vão discutir o plano diretor
668 de Pontal do Paraná; daí Pontal do Paraná vai discutir o plano diretor de Morretes. Uma
669 coisa meio desconecta, meio desconecta.

670 A Sra. Secretária Executiva:- Desculpa, Arthur, mas cada reunião...

671 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Espera um
672 pouquinho, estou falando, Presidente. Eu estou com a palavra, por gentileza. Eu quero
673 fazer a justificativa do meu pedido. O meu pedido é o seguinte: que cada município

674 discuta o seu plano diretor junto com o Colit; que cada município constitua pessoas, um
675 representante da Câmara, podem ser até dois representantes da Prefeitura, um
676 representante do Urbanismo, do CAU, certo? Agora, a gente montar uma resolução para
677 discutir todos os planos diretores? Eu vou dizer uma coisa ao senhor: imagine, é um
678 representante de cada município, daí depois um representante de cada Câmara Municipal,
679 isso aqui fica um balaio de gato que não vai se resolver nada. Eu acho que tem que tratar
680 a especificidade do município. E razoabilidade! Um decreto tem que ter razoabilidade
681 para com o município, tem que dar segurança jurídica para o Prefeito. É nesse sentido.
682 Essa resolução, da forma como está, não dá segurança jurídica e mais, interfere no pacto
683 federativo. Cada município tem, como eu falei, a sua especificidade. Então, tem um pacto
684 federativo que ele tem que resolver os problemas dele, e nós vamos colaborar para tentar
685 resolver o problema do município, ajudar. Agora, não fazer um balaio de gato, com não
686 sei quantos representantes de Câmara Municipal, representantes de Prefeituras de todos
687 os municípios, aonde o município de Morretes, por exemplo, ou o município de Antonina,
688 tem a sua especificidade que não tem nada a ver com o município de Guaratuba, por
689 exemplo. É só nesse sentido. Eu acho que tem que ter uma coisa mais simplória e resolver
690 a coisa mais rápida. Eu não sei se o Sr. José Paulo, que é prefeito, que tem uma toada
691 mais administrativa no dia a dia, eu acho que até o prefeito pode se manifestar em relação
692 a isso, fazer uma resolução mais simples.

693 O Sr. Presidente:- O José Paulo está se segurando para falar, mas primeiro eu vou
694 passar para o Lucas. Lucas, por favor, manifeste-se, daí já escuto o José Paulo na
695 sequência.

696 O Sr. Conselheiro Lucas Galdino (PM Morretes):- Boa tarde a todos. Aqui é o
697 Lucas, Secretário do Meio Ambiente e Urbanismo de Morretes. Só para informar que
698 todo o trâmite do plano diretor de Morretes, que inclusive a gente já finalizou, já teve a
699 última audiência pública, e a gente já está encaminhando para a Câmara de Vereadores,
700 inclusive encaminhamos todo o processo tanto para o Colit quanto ao Ministério Público,
701 e o nosso não teve nenhum questionamento quanto a isso. Em partes eu concordo com o
702 Arthur, mas também vejo que os municípios do litoral têm um viés que deve ser resgatado
703 que, por exemplo, Guaratuba, como ele falou, a gente tem aqui a APA de Guaratuba que
704 pertence aos dois municípios, tem o Rio Jacareí que fica entre Morretes e Paranaguá.
705 Então, são coisas que intercalam entre si. Eu vejo uma necessidade realmente que é um...,
706 eu acho que é um avanço do Colit ver essa parte como geral, até pra gente ter ações em

707 conjunto do litoral. Então, um pouco discordo do Arthur. E também vejo que será bem
708 prolongada essa discussão, mas vejo necessidade dessa interlocução entre os municípios.

709 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Com
710 licença, Presidente. Lucas, só para ter uma ideia, aqui dentro do Colit a gente tem essa
711 discussão, porque você vai analisar o plano diretor, entendeu? Então, é nisso, está bom?
712 Obrigado.

713 O Sr. Presidente:- Obrigado, Arthur. Abro a palavra ao José Paulo, nosso Prefeito
714 de Antonina.

715 O Sr. Conselheiro José Paulo Vieira Azim (PM Antonina):- Boa tarde. Boa tarde
716 a todos e a todas. Eu, depois de muito tempo, estou participando aqui de uma reunião do
717 Colit, e foi suscitada a minha opinião a respeito dessa resolução que trata dos planos
718 diretores. Agora, eu realmente desconheço a resolução. Então, fica difícil de opinar acerca
719 da resolução, do seu conteúdo. A minha participação aqui hoje é no sentido de afirmar a
720 importância do Colit, prestigiar. E, em relação ao que eu penso para o plano diretor de
721 Antonina, é que ele seja um plano diretor adequado aqui às nossas necessidades, sendo
722 observadas todas as instâncias legais, administrativas e de participação da comunidade.
723 Então, toda a iniciativa que vier nesse sentido de respeitar as peculiaridades de cada
724 município do litoral, por nós vai ser recepcionado.

725 À respeito da resolução, realmente eu não posso emitir um juízo de valor porque
726 eu desconheço. Agora, já antecipo o meu posicionamento em relação à eventuais ajudas,
727 subsídios para confecção do nosso plano diretor. São bem-vindos, desde que bem
728 embasados e respeitando sempre as peculiaridades e a vontade do nosso povo. Aqui em
729 Antonina a gente tem procurado fazer isso, o Secretário comentou no início a respeito de
730 algumas ações que a gente tem tomado aqui, ações concretas no sentido de privilegiar a
731 conservação, e a gente sempre procura fazer isso integrado ao desenvolvimento, e é algo
732 que vem dando certo.

733 Eu quero aproveitar aqui para saudar uma intervenção muito legal que é essa
734 construção do trapiche. Eu quero testemunhar aqui de como isso é importante para a
735 comunidade. Nós tivemos aqui a construção de dois trapiches, um na Ponta da Pita e outro
736 no Porto do Cabral, localidade do Portinho, ambos são locais de residência e de
737 pescadores artesanais. Então, esses trapiches realmente têm sido um importante indutor
738 aqui da movimentação da pesca artesanal e também do turismo, porque tem muita gente
739 que vem aqui para conhecer a baía, pescar e tudo o mais. Então, é muito bacana, bom que

740 vai sair também o trapiche lá em Piaçaguera, mais uma comunidade que vai sendo
741 atendida. Obrigado.

742 O Sr. Presidente:- Obrigado, Prefeito José Paulo, sempre uma alegria tê-lo
743 presente aqui na reunião do Conselho, que o senhor possa vir nas próximas vezes também.

744 O Sr. Conselheiro José Paulo Vieira Azim (PM Antonina):- Maravilha!

745 O Sr. Presidente:- Abro a palavra ao Marcelo Bom.

746 O Sr. Conselheiro Marcelo Bom (PM Guaratuba):- Obrigado, Presidente. Boa
747 tarde a todos, Marcelo Bom, Procurador do município de Guaratuba. Gostaria, na
748 verdade, só de fazer uma colocação em relação ao nosso projeto de revisão do plano
749 diretor, ou a nossa revisão do plano diretor. Já passou por todas as fases de audiências
750 públicas, já passou pela conferência municipal, após a conferência municipal já foi
751 disponibilizado conteúdo por mais de trinta dias para o pessoal fazer as consultas, e, há
752 quinze dias, encaminhamos à Câmara Municipal para a apreciação dos edis. O processo
753 de revisão do plano de Guaratuba tem, ao longo desse um ano e meio que vem sendo
754 tratado em parceria com a Universidade Federal e com o CTI, nós tivemos convite para
755 participação de todos os órgãos envolvidos, tanto no aspecto urbanístico quanto
756 ambiental, destacando sempre a participação próxima, em especial do pessoal do IAT
757 Paranaguá, do escritório, sempre nos assessorando, sempre nos orientando. É um
758 diferencial efetivamente que o IAT tem nos prestado nessa última gestão.

759 Quanto à proposta de resolução propriamente dita, e aí me dirijo à Secretária
760 especificamente, à Secretária Executiva, o que nós poderíamos, no meu entendimento, é
761 separar o que seria a Comissão Técnica para a análise das propostas de revisão dos planos
762 diretores, tendo em vista que, como o Arthur comentou até, cada município tem as suas
763 peculiaridades, apesar do desenvolvimento integrado da região litorânea, concordo
764 plenamente, mas cada um tem as suas realidades. O plano diretor reflete na verdade a
765 vontade popular, a vontade da sua população. Guaratuba traz no seu plano diretor, na sua
766 proposta do plano diretor a vontade da população de Guaratuba, é claro, embasado nos
767 preceitos do direito ambiental e urbanístico. Mas realmente se a Comissão Técnica, para
768 análise desse plano diretor, tomar um vulto, uma proporção envolvendo todas as Câmaras
769 Municipais, todos os municípios, todos os Poderes Executivos de todos os municípios,
770 fora os demais integrantes da equipe técnica do Governo do Estado, realmente quem sabe
771 a gente tenha aí uma Comissão Técnica sem efetividade.

772 Então, minha sugestão seria que a Comissão Técnica fosse técnica mesmo e não
773 política, uma comissão composta efetivamente por servidores técnicos para análise

774 efetivamente das questões legais, ambientais e urbanísticas, e não uma comissão tão
775 ampla onde se desse gama efetivamente para desvios, na verdade, no sentido de desvios
776 de discussões que não acrescentariam em nada, talvez, às revisões dos planos diretores.
777 É importante, mais uma vez, frisar: Guaratuba fez a lição de casa, audiências públicas,
778 conferência, consulta popular. O que mais que a gente possa esperar da população de
779 Guaratuba, tudo o que a população pudesse contribuir, as nossas associações de
780 moradores, os empresariados, a Associação Comercial, o pessoal da construção civil, todo
781 mundo participou, todo mundo teve a sua efetiva participação. Então, eu acho que a
782 participação popular está aí demonstrada. E o que deve ser agora analisado, Secretária,
783 com todo o respeito, é realmente a questão técnica. Talvez uma comissão maior, como a
784 Secretária propôs, entendo que, ao contrário do que o Arthur falou, não é uma resolução
785 mesmo para ser votada e sim uma minuta, uma proposta de uma minuta pra gente analisar
786 quais seriam os membros que integrariam essa comissão. Penso que esses membros
787 poderiam ser eleitos, ou indicados futuramente, para acompanhamento da execução dos
788 planos diretores dos municípios, mas não nesse momento para fazer a revisão. Para fazer
789 essa revisão, no nosso entendimento aqui de Guaratuba, essa comissão deveria ser uma
790 comissão especificamente mais técnica mesmo. Ok? Peço desculpas por ter me estendido.
791 Agradeço a todos pela palavra.

792 O Sr. Presidente:- Obrigado, Marcelo, pela fala. Nós temos mais quatro inscrições,
793 o Paulo Luciano, a Ana Márcia, o Clécio e a Maria Inês. Vou abrir a palavra para os
794 quatro e depois eu volto a palavra para a Secretária Executiva e, depois, para o
795 encaminhamento. Está bom, gente? Obrigado.

796 Obrigado, Marcelo. Agora abro a palavra para o Paulo Luciano.

797 O Sr. Conselheiro Paulo Luciano da Silva (CRBio):- Boa tarde a todos. Paulo
798 Luciano, do CRBio. Então, eu concordo com a posição do Luiz Artur com relação à
799 especificidade de cada município. As situações do litoral são todas semelhantes, mas não
800 são iguais. Então, por isso que eu acho que deve ser separado cada município fazer o seu
801 plano diretor. Só isso, Presidente. Obrigado.

802 O Sr. Presidente:- Obrigado, Paulo Luciano. Aberta a palavra à Ana Márcia.

803 A Sra. Conselheira Ana Márcia Altoé Nieweglowski (SindiSeab):- Eu tenho
804 conhecimento que o Arthur tem em mãos uma minuta de uma resolução, até eu vi essa
805 minuta. E eu concordo com ele quando a gente tem que fazer uma Comissão Técnica, não
806 tem que ter todos os municípios, porque cada um é cada um, cada um com o seu cada um.
807 Há uma diretriz maior. O desenvolvimento do litoral tem que ser uma política pública do

808 Estado do Paraná. Agora, plano diretor é uma política pública do município. Se a instância
809 legal a se passar é o Colit, o Colit cria uma comissão técnica para avaliar esse plano
810 específico, aí tem universidade, tem ONGs que têm trabalhado no litoral, tem muitas
811 coisas.

812 Então, eu não concordo com a resolução da forma como ela foi apresentada em
813 sua minuta. Eu concordo que seja uma comissão realmente muito mais técnica. Esse é o
814 meu ponto de vista, porque muita gente não dá produção; pouca gente, a gente abaixa a
815 cabeça e faz. Agora, quando é muita gente, gera muita polêmica e fica difícil a condução
816 de um grupo de trabalho. Grupo de trabalho tem que ser objetivo mesmo: “Ler, isso é
817 bom, isso é ruim, fica, não fica.” É o município, junto com os outros técnicos, que vai
818 ajudar a fazer essa avaliação, no meu ponto de vista. Isso é por experiência no próprio
819 Conselho Estadual de Meio Ambiente em grupos de trabalho.

820 O Sr. Presidente:- Obrigado, Ana Márcia. Nós vamos anotar isso aqui e depois
821 vamos dar encaminhamento, que é uma sugestão da gente acolher essas contribuições,
822 em quinze dias, depois no próximo encontro vamos deliberar. Obrigado, Ana Márcia.
823 Clécio, por favor.

824 O Sr. Conselheiro Clécio Vidal (PM Matinhos):- Boa tarde a todos, Clécio Vidal,
825 Vice-Prefeito de Matinhos. Eu queria parabenizar a fala do Marcelo, de Guaratuba, que
826 muito bem disse com relação a isso: a equipe técnica para ajudar. Nós aqui por Matinhos
827 estamos enfrentando um problema, não é só uma recomendação que foi feita, já virou
828 uma ação civil pública, no intuito de paralisar o nosso plano diretor e voltar desde o início.
829 Acredito que é por falta de ajuda dessa comissão técnica. E quando fala em uma comissão
830 técnica, como bem o Marcelo disse, no intuito de ajudar as cidades. As cidades do litoral
831 têm as mesmas características, os mesmos problemas enfrentados com relação ao meio
832 ambiente, com a expansão urbana, e os problemas urbanísticos que nós enfrentamos são
833 muitos semelhantes.

834 Então, se a gente tem uma equipe técnica realmente no intuito de ajudar, dar
835 suporte para essa cidade, seria muito bem-vinda essa equipe para ajudar os municípios.
836 Eu queria deixar aqui a minha fala dizendo que eu concordo sim que poderia ser uma
837 equipe, desde que não se misture muitas pessoas nessa equipe, seja tratado mais como
838 uma equipe técnica de apoio aos municípios, no intuito de dar celeridade em seus
839 processos, porque essa falta, ou essa morosidade na aprovação do plano diretor, causa
840 enormes problemas para os municípios aqui do nosso litoral. Então é isso que eu queria
841 deixar aqui, não quero me estender muito. Muito obrigado a todos.

842 O Sr. Presidente:- Obrigado, Clécio. Excelentes ponderações. Maria Inês. Aí nós
843 encerramos as inscrições com o Maurício. Ok, gente?

844 A Sra. Conselheira Maria Inês Terbeck (SECID):- Eu também não vou me
845 estender muito, é minha primeira reunião que eu participo no Colit, mas venho de uma
846 experiência de muitos anos no acompanhamento de elaboração de planos diretores. E eu
847 concordo com o Arthur no sentido de que, apesar de que os municípios do litoral têm
848 algumas características, alguns problemas são semelhantes, principalmente na questão
849 ambiental, e aqueles municípios que têm patrimônio histórico, o caso de Morretes,
850 Antonina, Paranaguá, Guaraqueçaba, praticamente todos, eu vejo a questão de que cada
851 um tem a sua especificidade. E entendo também que já foi elaborado um plano de
852 desenvolvimento sustentável para o litoral em que essas questões foram tratadas de forma
853 conjunta, com grandes grupos que discutiram esse plano que, aliás, é excelente.

854 Então, minha opinião é que deveria, futuramente, verificar se esses planos que
855 foram revisados se estão incoerentes com o plano de desenvolvimento sustentável, que já
856 foi amplamente discutido num grande grupo. Então, pela questão da especificidade que
857 cada município possui, inclusive o Paranacidade tem termo de referência, mas nós temos
858 a referência, está lá explícito que cada município deve adaptar esse termo de referência à
859 sua realidade. Então, tenho dificuldade no sentido de analisar dentro de um grupo muito
860 diversificado, em que nós teríamos representantes de Legislativo diferente, Prefeituras
861 diferentes, talvez não seja possível chegar num consenso em alguns aspectos.

862 E deixaria também aqui um lembrete, para chamar para essa comissão de cada
863 município, não esquecerem dos conselhos municipais. Esses conselhos têm um papel
864 extremamente importante no acompanhamento, elaboração e revisão dos planos diretores.
865 Então, minha opinião é, se for possível, uma equipe menor, um pouco mais alinhada com
866 as questões daquele município. Na minha opinião seria ideal do que ampliar para todos
867 os municípios. Eu entendo que não estamos discutindo um plano regional e sim um plano
868 específico para aquele município.

869 O Sr. Presidente:- Obrigado, Maria Inês. Maurício Lunardon, por favor, a palavra
870 é sua.

871 O Sr. Conselheiro Maurício Lunardon (SEAB):- Estou aqui representando a
872 SEAB, como chefe do núcleo da SEAB aqui na região de Paranaguá. Eu entendo que isso
873 aqui é só uma minuta, então, talvez, tenha havido um esquecimento de incluir a SEAB
874 nessa comissão, porque, assim como a gente participa do conselho maior, eu acho que a
875 gente deveria participar dessa comissão, até porque nós temos ações... Eu sei que plano

876 diretor predomina discussão relacionada à zona urbana, mas a SEAB também tem ações
877 relacionadas à zona urbana. E nós temos um público, que são os pescadores, que é
878 atendido também pela SEAB, e eles estão incluídos no meio urbano. Então, eu acho que
879 a gente devia participar disso também, nós temos muitas ações de hortas comunitárias,
880 agricultura periurbana e a gente pode ajudar nisso. Ok?

881 O Sr. Presidente:- Perfeito, Maurício. Obrigado pelos esclarecimentos. Acho que
882 realmente é oportuna a presença da SEAB em vários fóruns de debate, de discussão e
883 construção. Como proposta de encaminhamento, gente, minha sugestão é: abertura de um
884 prazo de quinze dias para que os Conselheiros possam sugerirem mudanças, alterações
885 para essa proposta da criação desse grupo técnico que vai analisar os planos diretores.
886 Então, minha sugestão é essa, se vocês estiverem de acordo com a abertura do prazo de
887 quinze dias para que a Secretaria Executiva possa acolher todas as alterações e, na
888 próxima reunião, fazer uma minuta padrão com a votação de alguns pontos específicos
889 que foram colocados aqui nesta reunião do Colit.

890 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Presidente.

891 O Sr. Presidente:- Por favor, Luiz Arthur.

892 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Conforme
893 a manifestação dos Conselheiros, dos colegas de bancada, solicito que mantenha a minha
894 vista. E eu estou à disposição, acho que tem pessoas aqui no grupo com muita experiência,
895 como a Ana Márcia, o Castella que estava agora há pouco aqui, que tem bastante
896 experiência, o João Batista que foi Secretário Executivo do Cema tem bastante
897 experiência, e tantos outros servidores mais antigos da Secretaria, que possa ser... Eu vou
898 até aí para contribuir, sem problema nenhum. Só fazer a convocação. E a gente faz uma
899 minuta um pouco melhor, mandamos para o Marcelo Bom, que fez a manifestação, e
900 alguns outros que fizeram a manifestação, o Clécio que acabou de fazer sua manifestação.
901 Como a Secretaria de Abastecimento falou ali sobre a questão dos pescadores, os
902 pescadores não têm, por exemplo, não precisa... É uma outra questão, por exemplo, de
903 Morretes. É diferente. A situação é diferente. Então, como o Paulo Luciano falou, do
904 CRBio, cada município tem sua especificidade. Então, eu mantenho a minha vista,
905 respeito todas as manifestações dos colegas, e eu fico a total disposição para estar com
906 vocês para a gente montar uma minuta mais adequada, conforme a discussão dos colegas.
907 Muito obrigado, Presidente. E agradeço à permissão da minha fala. Muito obrigado.

908 O Sr. Presidente:- Obrigado, Arthur. A Secretária Executiva pediu espaço para
909 esclarecimento e depois a gente retorna com a deliberação.

910 A Sra. Secretária Executiva:- Obrigada, Presidente. Eu só gostaria de esclarecer
911 a todos que essa minuta foi feita utilizando a resolução anterior, como modelo. Então, ela
912 foi uma sugestão, e a sugestão de fazer uma única resolução é para dar celeridade a essa
913 análise. No decorrer das reuniões, a gente ia chamar especificamente as equipes de cada
914 município, claro que fazendo uma interação ao final com todos os municípios, porque,
915 como comentaram, acho que o de Antonina, tem ali uma certa integração entre os
916 municípios do litoral. Entendo que, pelo entendimento da maioria, seja melhor uma
917 resolução para cada município, mas esclareço novamente que o motivo era dar
918 celeridade, porque, da parte governamental, normalmente são sempre os mesmos
919 técnicos. Então, para evitar fazer várias resoluções, com as mesmas pessoas, a gente faria
920 uma resolução única com a equipe do Governo. Mas entendo, inclusive sobre a questão
921 dos representantes das Câmaras Municipais, porque eles também trariam para as reuniões
922 técnicas, a visão das Câmaras sobre o município, mas reforço que estamos abertos a todas
923 as sugestões, todas as sugestões podem ser enviadas pelo e-mail do Colit ou para o meu
924 e-mail pessoal, eu faço um documento único, com todas as propostas, respeitando que, de
925 acordo com a maioria, e entendi que será ... (falha no microfone) do município. E fico à
926 disposição para demais informações nesse sentido.

927 O Sr. Presidente:- Está bom. Gente, obrigado.

928 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Só para
929 concluir, Presidente. Só para concluir. (Assentimento). Desculpa a minha intervenção.
930 Nunca existiu uma resolução desse tamanho, dessa envergadura, assim, com tanta gente
931 no meio, e vai dar confusão, como os demais falaram. Nunca existiu isso. Eu estou há
932 quinze anos nessa luta e, assim, essa resolução aqui é escancarada, desculpa falar,
933 tecnicamente não vai para lugar nenhum.

934 O Sr. Presidente:- Luiz, vamos lá.

935 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Então, só
936 para encerrar, está bom, Presidente, colocar um algo a mais. Eu estou à disposição. Um
937 abraço. Obrigado.

938 O Sr. Presidente:- Obrigado, Arthur. Então, deferido o pedido de vista que foi
939 solicitado. E eu coloco aqui também que, no mesmo prazo de quinze dias, que abriu o
940 prazo de vista, sejam, pelos Conselheiros que tiverem interesse, apresentadas à Secretaria
941 Executiva as sugestões de alteração, de inclusão de algum item ou exclusão de itens
942 necessários, para que a gente possa, na próxima reunião, padronizar as orientações e as

943 sugestões realizadas para efetivamente ter uma votação. Ok, gente? Então, no mesmo
944 prazo de quinze dias ao pedido de vista.

945 O Sr. Conselheiro Clécio Vidal (PM Matinhos):- Só um questionamento.

946 O Sr. Presidente:- Quem?

947 O Sr. Conselheiro Clécio Vidal (PM Matinhos):- É o Clécio.

948 O Sr. Presidente:- Oi, Clécio. Diga lá.

949 O Sr. Conselheiro Clécio Vidal (PM Matinhos):- Consegue me enviar esses
950 documentos para eu dar uma olhada também? Eu não recebi, eu estou entrando agora, se
951 eu pudesse dar uma analisada para contribuir, gostaria de receber também.

952 O Sr. Presidente:- Clécio, a orientação que foi dada durante a reunião do Conselho
953 é que todos os documentos abordados, inclusive aqueles que foram informados que havia
954 falta de transparência, sejam todos eles encaminhados aos membros do Conselho. Está
955 bom? Todos os documentos devem ser solicitados e a orientação à Secretaria Executiva
956 é que devem ser encaminhados previamente para que a gente chegue aqui com todos os
957 Conselheiros devidamente esclarecidos.

958 O Sr. Conselheiro Clécio Vidal (PM Matinhos):- Ok.

959 O Sr. Conselheiro José Paulo Vieira Azim (PM Antonina):- Presidente.

960 O Sr. Presidente:- Quem fala?

961 O Sr. Conselheiro José Paulo Vieira Azim (PM Antonina):- É o José Paulo.

962 O Sr. Presidente:- Prefeito José Paulo, por favor.

963 O Sr. Conselheiro José Paulo Vieira Azim (PM Antonina):- Opa! Presidente, se
964 não prejudicar no quórum, eu vou ter que sair da reunião agora. Eu fiz uma programação
965 aqui de estar disponível até às 16h, e eu não consigo ficar mais. Então, eu vou pedir
966 licença, agradecer à oportunidade e me colocar à disposição para outras reuniões do
967 Conselho. Ok?

968 O Sr. Presidente:- Prefeito José Paulo, estamos aqui com uma hora e meia de
969 reunião, agradeço imensamente à sua participação. E agora a gente abre a palavra por, no
970 máximo, quinze minutos aos Conselheiros que queiram se manifestar, e, conforme o
971 número do Conselheiros, a gente pode dividir o tempo para, em quinze minutos, a gente
972 ter esta Tribuna Livre.

973 Está aberta a palavra. Prefeito José Paulo, muito obrigado, quero voltar em breve
974 aí em Antonina.

975 O Sr. Conselheiro José Paulo Vieira Azim (PM Antonina):- Valeu! Obrigado! Se
976 Deus quiser!

977 O Sr. Presidente:- Amém! Está aberta a palavra então aos membros do Conselho,
978 se puderem fazer a inscrição, levantando a mão, aí a Secretária Executiva abre a palavra
979 para aqueles Conselheiros que queiram se manifestar.

980 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Eu estou
981 inscrito.

982 O Sr. Presidente:- Ok. Aberta a palavra então ao Luiz Arthur. Não estou vendo
983 mais nenhuma inscrição. A gente abre a palavra para o Luiz Arthur, depois do Luiz
984 Arthur, volta aqui pra gente poder fazer o encerramento.

985 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Bom, o
986 primeiro ponto, como a gente encaminhou o documento de vista, eu gostaria de receber
987 toda aquela documentação para poder começar a contagem da minha vista, esse é o
988 primeiro ponto que eu coloco. O segundo que eu coloco, é que a Secretaria Executiva não
989 pode ficar emitindo toda hora anuência sem a equipe técnica assinar junto, os servidores
990 assinarem juntos, arquitetos, engenheiros, enfim, a equipe multidisciplinar. Então, é nesse
991 sentido. Porque, por exemplo, tem um documento que está no Tribunal de Contas do
992 Estado que a Secretária Executiva assinou sobre a ponte de Guaratuba, de uma
993 envergadura tamanha do projeto. Esse processo já está rodando no Tribunal de Contas,
994 nós fizemos a vistoria nele e tem essa assinatura também. E tem várias outras coisas que
995 não é possível a Secretaria Executiva, unilateral, a Secretária assinar, tem que assinar o
996 arquiteto, e tem um servidor arquiteto que eu conheço aí dentro do Colit, que nós já
997 conversamos algumas vezes com ele, e outra equipe multidisciplinar que tem que estar
998 lotada no Colit. É nesse sentido, Presidente. Agradeço e desejo para vocês uma boa
999 semana.

1000 O Sr. Presidente:- Obrigado, Luiz Arthur. Já está em ata essa questão da
1001 solicitação dos pareceres técnicos da PGE, para que ela possa se manifestar com relação
1002 às atribuições da Secretaria Executiva nos pontos que você colocou aqui pra gente. Está
1003 bom. Eu acho que é isso... Ah, estão inscritos o Clécio e o Marcelo. Por favor, primeiro
1004 o Clécio.

1005 O Sr. Conselheiro Clécio Vidal (PM Matinhos):- Bom, brevemente, eu tinha uma
1006 dúvida que não foi... não sei se é pauta de apresentação de eu estar assumindo a cadeira
1007 do CAU. Então, além de vice-prefeito eu sou arquiteto urbanista, por isso estou
1008 participando aqui no intuito de ajudar nessas questões do Colit. Tendo em vista a
1009 dificuldade que a gente tem na aprovação dos projetos mais simples que a gente tem na
1010 cidade, agora imagino uns projetos mais complexos, como é a ponte, a obra da JK, essas

1011 obras de macro e microdrenagem que têm acontecido no nosso município. Já participei
1012 de plano diretor há algum tempo na cidade de Fazenda Rio Grande, tenho alguma
1013 experiência e o meu intuito é de estar contribuindo com a equipe técnica do Colit, para
1014 que esses processos lá na ponta tenham mais celeridade, que a gente possa agilizar esses
1015 processos. Está bom? Eu vi que já está encaminhando para o encerramento, por isso eu
1016 quis perguntar se ainda vai ter essa apresentação dos Conselheiros.

1017 O Sr. Presidente:- Vou abrir a palavra para a Secretária Executiva, ela estava me
1018 antecipando aqui que, na leitura do nome dos Conselheiros, com as alterações, foi aberta
1019 naquele momento a indicação de quais Conselheiros foram alterados, titulares e suplentes.
1020 Então, abro a palavra para a Secretária Executiva para poder fazer o esclarecimento e ver
1021 se responde ao pedido do Clécio.

1022 A Sra. Secretária Executiva:- No momento em que a gente estava fazendo a
1023 aferição do quórum, ali a gente pergunta se tem algum representante do órgão e chama os
1024 que foram indicados ou alterados. Se o senhor não fez a sua apresentação, a gente faz
1025 agora para registro em ata. Mas acredito que foi feita a apresentação pelo CAU.

1026 O Sr. Conselheiro Clécio Vidal (PM Matinhos):- Não. Na verdade, eu fiquei
1027 prestando atenção, foi falado do CREA, foi falado de outros órgãos, mas não chamaram
1028 o Conselho de Arquitetura e Urbanismo, por isso eu não me manifestei.

1029 A Sra. Secretária Executiva:- No final, eu comentei: “Tem algum representante de
1030 órgão que não foi chamado e que gostaria de se manifestar?”

1031 O Sr. Conselheiro Clécio Vidal (PM Matinhos):- Ok., então perdão, falha minha
1032 aqui.

1033 O Sr. Presidente:- Então, que conste em ata a presença do Clécio que já fez alguns
1034 apontamentos inclusive. Obrigado, Clécio, pela presença. Será anotado aqui, registrada a
1035 sua presença e as manifestações também.

1036 O Sr. Conselheiro Clécio Vidal (PM Matinhos):- Ok.

1037 O Sr. Presidente:- Obrigado, Clécio. Marcelo Bom.

1038 O Sr. Conselheiro Marcelo Bom (PM Guaratuba):- Presidente, obrigado. Na
1039 verdade eu gostaria só de fazer uma moção a toda a equipe técnica, não só a do Colit,
1040 quanto, em especial, do IAT, o pessoal do IAT do escritório regional de Paranaguá, pela
1041 gestão que estão desempenhando. Eu acompanho o plano diretor de Guaratuba desde
1042 2000, sou servidor de carreira, e a primeira Comissão Técnica de elaboração do plano
1043 diretor, participei inclusive do primeiro diagnóstico de Guaratuba, então são vinte e três
1044 anos acompanhando o plano diretor de Guaratuba. E eu acho que nós nunca estivemos

1045 tão bem orientados e assessorados como nós estamos hoje, não só pela capacidade técnica
1046 dos servidores, mas também pela mudança de modelo. Hoje a gente vê que o Governo do
1047 Estado vem com um modelo de gestão. Então, tudo o que nós temos acompanhado, temos
1048 visto que a intenção efetivamente é chegar numa solução e não, como era antigamente,
1049 de ficar só escaldando ou engavetando as coisas.

1050 Sou sincero em dizer para todos os senhores que sempre tive um certo arrepio ao
1051 dizer “participação no Colit”, porque o Colit antigamente era efetivamente aquele órgão
1052 que a gente sabia que eram onde os processos iam quando você não queria resolver
1053 alguma coisa. Hoje, posso dizer para vocês que eu fico realmente feliz e com uma grande
1054 esperança de ver a forma de condução do trabalho de todos vocês. Meus parabéns para
1055 todos! Gostaria que ficasse registrado.

1056 O Sr. Presidente:- Obrigado, Marcelo, pelos apontamentos. Eu queria então iniciar
1057 o encerramento, agradecendo à presença de todos que puderam participar. Eu acho que é
1058 fácil observar que, a partir dessa reunião que inaugura esse ciclo novo do Colit 2023, vai
1059 ser um ano de muito trabalho, e a gente quer estabelecer uma grande parceria com os
1060 municípios do litoral e com o Governo do Paraná. A gente quer reforçar então, tanto a
1061 Sedest quanto o IAT e o Colit, são parceiros para esse desenvolvimento do litoral
1062 paranaense. E a ideia é que possamos construir um ambiente para dar toda a assistência
1063 técnica necessária para os planos diretores que precisam ser apreciados, aprovados
1064 e executados; e queremos potencializar cada vez mais essa aliança dos municípios do
1065 Paraná com o Governo do Estado. A gente quer trabalhar muito para o desenvolvimento
1066 do litoral de forma responsável, de forma adequada e com conhecimento técnico.

1067 Dessa reunião, que é a primeira aqui que eu estou na Presidência, quero reforçar
1068 então à Secretaria Executiva e a todos nós aqui, que a gente possa trabalhar com muita
1069 transparência e publicidade dos atos. A gente quer que a decisão seja uma decisão
1070 informada e consciente, que todos possam tomar a decisão de aprovar ou não aprovar o
1071 que aqui é apresentado, de forma completamente informada, transparente, dando
1072 publicidade a todos os movimentos que são feitos.

1073 Então, agradeço a vocês mais uma vez, a gente vai receber as demandas, foi dado
1074 vista a alguns processos que foram colocados aqui, vista de quinze dias, nesse mesmo
1075 prazo que vocês possam então dar as contribuições necessárias, para que a gente possa
1076 rapidamente já marcar o nosso próximo encontro do Colit. Está bom, gente? Muito
1077 obrigado a todos, tenham todos um bom dia e uma boa semana para todos. Um forte
1078 abraço! Até depois. Obrigado.

1079 O Sr. Conselheiro Luiz Arthur Klas Gineste da Conceição (CEDEA):- Muito
1080 obrigado, Presidente, muito respeito que o senhor deu para todos aqui e desejamos um
1081 bom trabalho e que, nessa entrada da Secretaria, tudo dê certo para vocês aí. E vamos
1082 juntos! Valeu? Estamos aqui para colaborar. Muito obrigado.

1083 O Sr. Presidente:- Vamos lá. O trabalho está só começando. Obrigado.

1084 O Sr. Conselheiro Paulo Luciano da Silva (CRBio):- Valeu! Até a próxima.